ECONOMIA

Acumulou. Ninguém acertou as seis dezenas do Concurso 2.681 da Mega-Sena, sorteadas na noite desse sábado (27), no Espaço da Sorte, em São Paulo. Os números sorteados foram 10, 20, 30, 42, 47 e 53. A Caixa estima em R$ 76 milhões o prêmio para o próximo concurso. A quina teve 73 acertadores e cada um receberá prêmio de R$ 61.715,38.

PMQ - COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fl. 362
Rubrica

Aéreas têm R$ 7,6 bi em benefícios fiscais, mas pedem socorro ao governo

As empresas do setor aéreo negociam um fundo de socorro com o governo federal mesmo tendo recebido cerca de R$ 7,59 bilhões em benefícios fiscais em 2021. A TAM Linhas Aéreas, que atualmente opera sob a marca Latam, lidera o valor de renúncias fiscais, com R$ 3,8 bilhões. A Gol aparece em seguida, com R$ 1,8 bilhão. Já a Azul alcançou R$ 950 milhões. No último dia 24, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, disse que o fundo avaliado para socorrer o setor pode ter até R$ 6 bilhões. "Iremos apresentar ao país um fundo de financiamento da aviação brasileira para que as empresas aéreas possam buscar crédito, se capitalizar e, com isso, poder ampliar investimentos na aviação. Isso vai desde refinanciamento de dívidas, de investimentos em manutenção e também compra de novas aeronaves", afirmou.

A Receita Federal passou a divulgar as mesmas informações sobre as renúncias em maio de 2023, mas separadas em diversas planilhas. A Controladoria-Geral da União (CGU) organizou os valores no portal que já apresenta, entre outros dados, as despesas do governo, os pagamentos de servidores e os valores de emendas parlamentares. As informações referem-se a valores que deixaram de ser arrecadados em tributos federais e de incentivos relacionados a programas governamentais em 2021.

Além de apontar o valor de renúncia por tributo, como Imposto de Importação, PIS/Cofins-Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o portal mostra o tipo de incentivo governamental relacionado ao benefício. No caso da Latam, a principal renúncia foi a da Cofins (R$ 2 bilhões), seguida pelo IPI (R$ 1 bilhão). A Itapemirim Transportes Aéreos recebeu benefícios fiscais de cerca de R$ 40 milhões em 2021. A empresa teve falência decretada no ano passado, interrompeu voos e demais atividades de forma repentina em dezembro de 2021. Na ocasião, o Procon-SP estimou que a decisão prejudicou 133 mil passageiros.

Prazo para inscrição no Simples Nacional termina dia 31

O prazo para microempresas e empresas de pequeno porte aderirem ao Simples Nacional termina no dia próximo dia 31 de janeiro. O prazo para o envio do arquivo inicial e dos arquivos complementares, contendo o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) com pendências, começou a ser feito ainda em dezembro de 2023.

Podem se inscrever no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte aquelas empresas com receita anual bruta de até R$ 4,8 milhões. O regime especial unifica, em uma única guia de pagamento, o recolhimento de oito tributos federais, estaduais e municipais, com alíquotas diferenciadas, conforme o nível de faturamento e o setor de atuação da empresa.

Quem já é optante pelo Simples Nacional não precisa fazer nova opção. A exceção é para aqueles que foram excluídos do sistema, por meio de comunicado do optante ou de ofício. As empresas que escolhem o regime tributário contam com uma cobrança simplificada de diversos impostos, feitos por uma guia única mensal, o Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS).

BNDES vai gerenciar R$ 250 bilhões em projetos no país

Especialistas chamam atenção para o fato de que a pressão para mostrar que o governo está tirando do papel novos projetos pode inchar o BNDES

FOTO AGÊNCIA BRASIL

Um desses projetos a ser financiado será o plano da Nova Indústria Brasil

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai gerenciar R$ 250 bilhões em projetos focados em produtividade, inovação, digitalização e descarbonização na indústria nacional. Grande parte desses recursos vem de fundos. A previsão é que parte desse montante mantenha subsídios e repasses não reembolsáveis, sem expectativa de retorno, em parte das liberações. Essa situação, na visão de especialistas, aliada à pressão para mostrar que o governo está tirando do papel novos projetos para gerar crescimento, associada à restrição fiscal do Executivo, pode trazer à tona alternativas financeiras que poderão inchar o BNDES, a exemplo do que ocorreu em governos passados liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT). O plano da Nova Indústria Brasil reforçou essa expectativa.

O diretor de Planejamento e Estruturação de Projetos do banco, economista Nelson Barbosa, que estava nos governos anteriores de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, ambos do PT, disse que a situação não existe. Segundo ele, no plano da Nova Indústria, 64% dos recursos são financiamentos com taxa de mercado.

Nos últimos seis anos, o BNDES vinha trabalhando com a Taxa de Longo Prazo, que é de mercado, sem subsídio. Com a mudança de governo, começaram as flexibilizações. Um exemplo é a proposta do projeto de lei 6.235, que prevê taxas prefixadas, de três ou cinco anos, e também amplia o uso da Selic. O banco diz que não há risco de perdas para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), fonte de financiamentos, e que a mudança vai favorecer o tomador.

Os governos anteriores do PT emitiram títulos a taxa de mercado, transferiram para o banco público, que emprestava a uma taxa menor que a captada. De 2008 a 2014, essas transferências geraram um passivo avaliado em R$ 532 bilhões. O que reforça a desconfiança no destino do BNDES é o comportamento do próprio governo do PT, que tem sinalizado ímpeto intervencionista. Esta é a visão da economista Cristina Schmidt, consultora e professora da Fundação Getulio Vargas (FGV). "Não é segredo para ninguém: governo do PT acredita que o Estado resolve o problema do setor privado melhor até que o próprio setor privado, e até hoje não apresentou uma avaliação de custo-benefício das políticas intervencionistas que adotou no passado, deram errado e nos levaram a uma das maiores recessões da história. É nítido que já estão inchando o BNDES, e há risco de a gente entrar no 'recordar é viver' de políticas públicas que deram errado", disse ela.

O diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES, José Luiz Gordon, avalia que a instituição tem sido vítima de análises precipitadas. Ele cita o exemplo a redução da diferença da taxa de captação do banco com a de concessão do financiamento, por decisão comercial, que foi, erroneamente, interpretadas como redução de juros. "A redução da linha de embarques, em um ano, superou o resultado dos últimos quatro anos somados, e elevou a diversificação, beneficiando a exportação de setores como saúde, máquinas e equipamentos, ônibus. Na linha naval, é o mesmo. Redução de spread, não dos juros, para um setor que está sofrendo uma pressão internacional gigante, sujeito a multas se não adotar combustível sustentável, o que vai encarecer a operação", disse.

Medidas

Entre as medidas que estão sendo consideradas arriscadas envolvendo o BNDES estão a Taxa de Longo Prazo original, será possível aplicar taxas prefixadas, de três ou cinco anos, e também utilizar a Selic. O texto ainda abre caminho para que o CMN altere a metodologia de cálculo das taxas prefixadas. Segundo especialistas, há risco de descasamento entre a remuneração que o BNDES paga ao Fundo de Amparo ao Trabalhador e o custo de financiamento do Tesouro. O BNDES não vai emprestar a várias taxas e remunerar o FAT somente por uma taxa. O banco busca mais flexibilidade para adequar a taxa de captação à taxa de empréstimo. Se o cliente quiser taxa fixa, o BNDES remunerará o FAT à taxa fixa, e, se cliente quiser Selic, remunerará o FAT à Selic. Outra medida é que está autorizado o uso em até R$ 5 bilhões por ano de financiamentos voltados a projetos de inovação, com a possibilidade de o CMN aumentar o valor sujeito a financiamento. O problema apontado é que há subsídio, com transferência de risco para o FAT, e falta de clareza sobre o que seja "inovação".

Crise da Gol abre espaço para concorrência

A empresa aérea brasileira Gol anunciou nessa semana que entrou com pedido de recuperação judicial nos Estados Unidos. A situação escancarou a dívida bilionária da empresa, estimada em R$ 20 bilhões, e logo ganhou espaço no mercado de aviação. Uma das expectativas é que a Azul possa vir a público afirmar que tem interesse em adquirir ativos da concorrente, ampliando, assim, a concorrência.

Em 2019, quando a Avianca Brasil entrou em recuperação judicial, a Azul assinou um acordo não vinculante superior a US$ 100 milhões para adquirir ativos da companhia, incluindo as autorizações de pouso e decolagem da rival no aeroporto de Congonhas, na zona sul da capital paulista, para voar o rentável trecho Rio-São Paulo, além de contratos de leasing de aviões.

O projeto se perdeu em meio a disputas que racharam o setor com questionamentos na Justiça e reclamações de que a companhia não poderia vender as autorizações de pouso e decolagem porque eles não seriam ativos, mas concessões e, sendo assim, deveriam ser redistribuídas e não comercializadas.

A situação levou a Azul a desistir da oferta. O CEO da empresa, John Rodgerson, acusou Latam e Gol de atrapalharem a transação para evitar a concorrência na ponte aérea. Depois, quando a pandemia impediu que os aviões voarem, a Latam precisou recorrer ao chamado processo de proteção contra falência na Justiça americana. Nesse momento, a Azul fez uma nova investida, mas novamente teve iniciativa frustrada. A Latam apresentou seu plano de recuperação judicial a tempo de manter a exclusividade na negociação com credores.

Segundo especialistas no setor, o cenário atual é bastante diferente, de modo que nova investida da Azul encontraria mais dificuldades. Dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) estimam otimismo pela recuperação da demanda perdida na pandemia da Covid-19, com 112,6 milhões de passageiros movimentados em 2023, o melhor resultado desde 2020. No entanto, o setor ainda lamenta a escalada do preço do combustível, impulsionada pela Guerra da Ucrânia, e ainda sofre pressão do governo para reduzir os preços das passagens.

De acordo com o pedido de recuperação judicial, protocolado no Tribunal de Falências dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova York, a Gol deve para mais de 51 mil credores. No topo da lista de credores com mais créditos a receber estão o banco americano BNY Mellon (dívidas financeiras), o Comando da Aeronáutica (por serviços de controle de tráfego aéreo e auxílio de navegação), a distribuidora de combustíveis Vibra (antiga BR) e a fabricante de aeronaves Boeing. A empresa afirmou à Justiça americana o montante de credores, segundo estimativas próprias.

PUBLICIDADE LEGAL - O ESTADO (85) 3033.7519